RECURSO ESPECIAL Nº 1.814.558 - CE (2019/0119135-5)

RELATOR	**:**	**MINISTRO BENEDITO GONÇALVES**
RECORRENTE	:	DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL - DNPM
RECORRIDO	:	LUISIANA MINERACAO LTDA - ME
ADVOGADO	:	SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO FISCAL. INCLUSÃO DO NOME DO DEVEDOR EM CADASTRO DE INADIMPLENTES POR MEIO DO SERASAJUD. VIABILIDADE. PRECEDENTES. RECURSO PROVIDO.

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto com fundamento no artigo 105, III, *a*, da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo TRF da 5ª Região, assim ementado (fl.61):

> PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. PEDIDO DE INSCRIÇÃO NO CADASTRO DE INADIMPLENTES (SERASA). DESNECESSIDADE NA HIPÓTESE DOS AUTOS. AGRAVO DE INSTRUMENTO IMPROVIDO.
>
> 1. Agravo de instrumento, com pedido de antecipação da tutela recursal, contra decisão que indeferiu o pedido de inscrição do nome da empresa executada no SERASA.
>
> 2. O art. 782, §3° do CPC fixa a possibilidade de o juiz determinar a inclusão do nome do executado em cadastros de inadimplentes.
>
> 3. O fato de o título executivo extrajudicial de titularidade da Fazenda Pública gozar das qualidades de liquidez, certeza e exigibilidade, por si só, não o diferencia dos demais títulos executivos extrajudiciais a ponto de excluir a possibilidade de inscrição dos devedores que nele constam em cadastros de inadimplentes. Nesse sentido, este Tribunal Regional Federal já manifestou que "O art. 782 do NCPC não faz qualquer distinção acerca da natureza do crédito perseguido, de maneira tal que a inclusão do agravado no cadastro de inadimplentes deverá acontecer em observância aos Princípios da eficiência e efetividade." (PROCESSO: 08076000420164050000, AG/SE, DESEMBARGADOR FEDERAL EDÍLSON NOBRE, 4' Turma, JULGAMENTO: 16/02/2017).
>
> 4. De fato, a inscrição dos devedores é uma faculdade atribuída pela lei processual ao juiz para que, considerando as circunstâncias do caso e a necessidade de observância da eficiência e da efetividade no processo, adote medida que tem o condão de agilizar a execução e atrair o interesse do devedor para a quitação da dívida.
>
> 5. Na hipótese dos autos, a exequente não demonstrou qualquer óbice por parte do SERASA, o que leva a entender não ser necessário, neste momento, alterar a decisão agravada.
>
> 6. Apesar de possível, a inscrição dos devedores em cadastros de inadimplentes, no momento, não se mostra medida necessária ante a inexistência de negativa por parte do SERASA.
>
> 7. Agravo de instrumento improvido.

O recorrente aponta ofensa ao artigo 782, §3º, do CPC/2015, requerendo, em síntese, que seja determinada a inclusão do nome do devedor no cadastro junto ao Serasa, como medida coercitiva no âmbito da execução fiscal para fins de recuperação do crédito exequendo.

Sem contrarrazões.

Juízo positivo de admissibilidade às fls. 106.

É o relatório. Passo a decidir

A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça firmou-se no sentido de que compete ao juízo da execução a efetivação de medidas executivas, a exemplo da inclusão de devedor nos cadastros de inadimplentes por meio do sistema SERASAJUD.

Nesse sentido:

> ADMINISTRATIVO E AMBIENTAL. INFRAÇÃO AMBIENTAL. INSCRIÇÃO DO DEVEDOR EM CADASTROS RESTRITIVOS DE CRÉDITO. POSSIBILIDADE. ACÓRDÃO EM CONFRONTO COM A JURISPRUDÊNCIA DA CORTE.
>
> I - Na origem, trata-se de ação de execução fiscal para a cobrança de débito do executado junto à autarquia ora recorrente. Após tentativas de localização de bens do devedor sem sucesso, a exequente requereu a inscrição da parte executada no cadastro de inadimplentes, SERASA, mediante a utilização do SERASAJUD ou a expedição de ofício. Indeferido o pedido e interposto agravo de instrumento pelo IBAMA, negou-se provimento ao recurso no Tribunal a quo.
>
> II - A requerimento da parte, o juiz pode determinar a inclusão do nome do executado em cadastros de inadimplentes (art. |782|, caput e § 3° do CPC/2015). Essa tendência que se verifica com as novas regras do CPC/2015 foi importante para que o STJ decidisse, ainda sem que houvesse previsão expressa na lei, no sentido de autorizar tanto o protesto da dívida alimentar, por exemplo, como a inscrição do nome do devedor de alimentos nos cadastros de inadimplentes (STJ, REsp n. 1.533.206/MG, 4ª TURMA, j. 17.11.2015). No casos dos autos, trata-se de dívida ativa decorrente de infração ambiental.
>
> III - Os §§ 3°, 4° e 5° do art. |782 do Código de Processo Civil de 2015 estabelecem o cabimento e o procedimento para a inclusão do executado no cadastro de inadimplentes. Esta conduta dependerá de requerimento da parte e poderá gerar responsabilidade civil por danos morais em caso de inscrição indevida (STJ, AgRg no REsp n. 748.474/RS, 3.a T., j. 10.06.2014, rel. Min. Ricardo Villas Bôas Cueva, DJe 17.06.2014 e AgRg 456.331-RS, 4.a T., j. 18.03.2014, rel. Min. Luis Felipe Salomão). IV - O acórdão recorrido contraria a jurisprudência desta Corte, que admite a inscrição do devedor de débito fiscal em cadastros de inadimplentes (SERASA, SPC, CADIN). Nesse sentido: (REsp n. 1.762.254/PE, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, julgado em 17/10/2018, DJe 16/11/2018; AgRg no AREsp n. 800.895/RS, Rel. Ministro Humberto Martins, Segunda Turma, julgado em 17/12/2015, DJe 5/2/2016; RMS 31.859/GO, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, Dje 1/7/2010; REsp 229.278/PR, Rel. Ministro Aldir Passarinho Júnior, Quarta Turma, julgado em 3/8/2000, DJ 7/10/2002, p. 260.
>
> V - Considerando que houve a tentativa de localização de bens do devedor, sem sucesso, é legítimo o pedido de inclusão do nome do devedor em

cadastros de inadimplentes, com fundamento no art. 782, § 3º do CPC/2015.
VI - A negativa judicial, com fundamento em indisponibilidade do sistema, viola o dispositivo legal, que admite, por exemplo, a expedição pelo magistrado cadastrado de ofício ao banco de dados restritivo do crédito.
VII - Assim, deve ser provido o recurso determinando que a Corte a quo expeça ofício ao cadastro restritivo de créditos solicitado pela parte exequente.
VIII - Agravo em recurso especial conhecido para dar provimento ao recurso especial, nos termos da fundamentação (AREsp 1339480/RJ, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, SEGUNDA TURMA, julgado em 07/02/2019, DJe 14/02/2019).

PROCESSUAL CIVIL. INCLUSÃO DO NOME DO DEVEDOR EM CADASTRO RESTRITIVO DE CRÉDITO. PLEITO JUDICIAL. POSSIBILIDADE.
I - O pedido de inclusão do nome do devedor em cadastros de inadimplentes, tais como SERASAJUD ou SERASA, nos termos do art. 782, § 3º, do CPC/2015, não pode ser recusado pelo Poder Judiciário a pretexto de inexistência de convênio para negativação pela via eletrônica, tendo em vista a possibilidade de expedição de ofício para atendimento do pleito.
II - Tal entendimento vai de encontro com o objetivo de promover a razoável duração do processo e a cooperação processual, além de impor medidas necessárias para a solução satisfativa do feito, conforme interpretação dos arts. 4º, 6º e 139, IV, todos do CPC/2015.
III - Recurso especial provido (REsp 1736217/SC, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, SEGUNDA TURMA, julgado em 21/02/2019, DJe 01/03/2019).

Destaca-se, ainda, as seguintes decisões monocráticas: REsp 1.815.839/RJ, Rel. Min. Regina Helena Costa, DJe 31/5/2019; REsp 1.814.043/RS, Rel. Min. Regina Helena Costa, DJe 29/5/2019; REsp 1.813.690/RS, Rel. Min. Regina Helena Costa, DJe 27/5/2019; REsp 1.798.783, Rel. Min. Sérgio Kukina, Primeira Turma, DJe 12/3/2019; REsp 1.795.021, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 7/3/2019; REsp 1.799.070, Rel. Min. Regina Helena Costa, DJe 6/3/2019.

Assim sendo, reconheço pelo cabimento do pedido de inclusão de devedor no cadastro de inadimplentes por meio da utilização do sistema SERASAJUD, impondo-se o retorno dos autos ao tribunal de origem para que se verifique a viabilidade, no caso concreto, do petitório.

Diante do exposto, **dou provimento ao recurso especial.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília-DF, 07 de junho de 2019.

MINISTRO BENEDITO GONÇALVES
Relator